

Uma tradução do projeto [Traduções Abolicionistas](#)

Texto original:

SAMUELS, Liz. Improvising on Reality: The Roots of Prison Abolition in BERGER, Dan (ed.) The Hidden 1970s: histories of radicalism. New Jersey: Rutgers University Press, 2010, p. 21-38.

Tradução autorizada por Liz Samuels.

Traduzido por Amós Caldeira.

Data de publicação: 17 ago. 2021

As raízes da abolição prisional

Liz Samuels

Improvisar sobre a realidade é o princípio fundamental para a construção de uma esquerda unida e para a tomada de consciência do povo.

É o que nos dará as nossas táticas.

– George Jackson, Blood in My Eye, 1972

A tomada do *Attica Correctional Facility* [Estabelecimento Correccional Attica] por cinco dias em 1971 foi central para o desenvolvimento do que pode ser chamado de práxis abolicionista prisional. Essa abordagem política, uma análise e uma estratégia ao mesmo tempo, afirmava que a “reforma prisional” não era apenas insuficiente, mas também contraproducente. A práxis abolicionista, em vez disso, buscava a completa remoção do sistema de encarceramento e policiamento através de uma transformação revolucionária que tornaria essas instituições desnecessárias. Como os rebeldes em Attica deixaram claro, a abolição envolvia tanto o confronto direto com o sistema prisional, quanto a construção de práticas alternativas para substituir o confinamento e resolver os problemas sociais que o sistema de justiça criminal não poderia.

A “Rebelião de Attica”, como ficou conhecida, também marcou o início do fim do movimento de presos revolucionários – pelo menos como um item de atenção nacional. Na década de 1960, os presos haviam se politizado ao lado e como parte de movimentos radicais da época. Até a década de 1970, muitos presos por todo o país identificavam-se publicamente como revolucionários trabalhando e lutando pelos direitos dos presos, o que frequentemente levava a confrontos com guardas prisionais. Presos tomaram controle de Attica em 09 de setembro de 1971, depois de um ano de tensões crescentes com a direção prisional, liderados por alianças recém forjadas entre os Panteras Negras, os *Young Lords* [Jovens Senhores], os muçulmanos negros e os presos brancos radicais. Membros desses grupos, e presos não afiliados, organizaram o fornecimento de água e cobertores para as pessoas no pátio, bem como um time de negociação composto por dois representantes de cada bloco. Os *Attica Brothers* [Irmãos Attica], como eles ficaram conhecidos, queriam melhores condições e programas de reabilitação, liberdade política e religiosa, segurança contra danos físicos e, em suas demandas iniciais, “transporte rápido e seguro saindo do confinamento para um país não imperialista.”¹ As negociações começaram depois que um grupo de observadores requerido pelos presos chegaram a Attica na noite de 10 de setembro. Pela manhã de 13 de setembro, o time de negociação e o comissário correcional do estado de Nova Iorque, Russel Oswald, não haviam chegado a um acordo; o governador Nelson A. Rockefeller ordenou que a polícia estadual invadisse o pátio. Com 5 minutos, a polícia havia alvejado e matado 29 presos e 10 dos 43 guardas/reféns.²

¹ Tom Wicker, *A Time to Die: The Attica Prison Revolt* (1975; rpt. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994), 28.

² Para relatos da revolta de Attica, ver Brad Lichtenstein, dir., *Ghosts of Attica* (New York: First Run/Icarus Films, 2001); Samuel Melville, *Letters from Attica* (New York: William Morrow, 1972); Wicker, *A Time to Die*. Ver também Heather Thompson, *Blood in the Water: The Attica Uprising of 1971 and its Legacy* (New York: Pantheon Books, 2016).

As raízes da abolição prisional

Notícias dos eventos em Attica saturaram os jornais, televisão e mídias alternativas por meses. Era o foco de conversa entre presos, organizações de esquerda e funcionários e diretores prisionais. A mídia tradicional transmitiu o confronto e subsequente violência policial, que inspirou, radicalizou, despertou e enfureceu pessoas por todo o país. Jornais de presos se agitaram com informações sobre a rebelião, conectando os eventos de Nova Iorque com as lutas em suas próprias prisões. Attica era todas as prisões e toda prisão era Attica; como o *Attica Defense Committee* [Comitê de Defesa de Attica] colocou, “Attica somos todos nós” e “Attica significa reagir.”³ O trabalho de organização dos presos em Attica demonstrou as possibilidades para um movimento prisional unificado – especificamente, a habilidade dos presos para auto-organização e desenvolvimento de uma infraestrutura social e política –, da mesma forma que a subsequente violência estatal demonstrou os seus riscos no contexto da crescente dependência dos Estados Unidos nas prisões como um meio para abordar problemas na sociedade estadunidense. Trabalhando com pessoas encarceradas na vizinha *Walpole State Prison* [Prisão Estadual Walpole], o *Families and Friends of Prisoners Collective of Dorchester, Massachusetts* [Coletivo de Familiares e Amigos de Presos de Dorchester, Massachusetts] descreveu as prisões como um microcosmo de poder e opressão nos Estados Unidos. Ativistas prisionais por todo o país compartilhavam cada vez mais dessa análise. O coletivo de Dorchester escreveu em uma revista, “Walpole não está sozinha como um símbolo da desumanidade institucionalizada desse país. Walpole é Attica é Angola é McAllister é Lewisburg é San Quentin é Deer Island é Charles St. Todas são poços de degradação e desespero e toda sua vergonha é refletida em nós.”⁴

A violência que os presos experimentaram em Attica catalisou ações similares. Apesar de persistentes animosidades, presos forjaram

³ Ver, por exemplo, Syracuse Attica Coalition, *Attica Is All of Us* (Syracuse, NY: Syracuse Attica Coalition, 1974).

⁴ Families and Friends of Prisoners Collective, “Introduction,” em *Doing Time* (Dorchester, MA: Families and Friends of Prisoners Collective, ago. 1977).

alianças. Houve longas greves trabalhistas na *Alderson Federal Women's Prison* [Prisão Federal Feminina Alderson] na Carolina do Norte, bem como em prisões de Vermont, Indiana e Califórnia.⁵ Muitas das ações organizadas em solidariedade aos presos de Attica foram lideradas por coalizões multirraciais que se empenharam em apagar divisões raciais entre os presos ao formar uma consciência de classe de presos unida. O trabalho de base organizacional e ideológico realizado pelos muçulmanos negros, Panteras Negras e presos anticoloniais e anti-imperialistas por toda a década de 1960 ajudou a criar a coordenação logística e a solidariedade política vista entre presos logo após os eventos de Attica. Antes da rebelião de Attica, um amplo movimento de presos havia insistido em reformas, mas conquistado poucas mudanças. Tendo experimentado a decepção da reforma, muitos ativistas em ambos os lados dos muros foram forçados pela repressão em Attica, e em outras prisões, a acreditar que apenas uma completa reformulação – abolição – do encarceramento estadunidense seria suficiente. Ativistas abolicionistas dentro e fora das prisões compartilhavam uma análise política e práxis que rejeitava o encarceramento, abordava o dano interpessoal e comunitário e identificava os problemas sociais como arraigados na pobreza, racismo e violência interpessoal e estrutural. Um punhado de juízes e guardas prisionais simpatizantes ajudaram alguns desses esforços organizativos. Apesar da forte base construída pelo movimento dos presos em geral e o movimento abolicionista em particular, ambos estavam em declínio ao final da década de 1970 devido à crescente repressão, ao declínio de outros movimentos sociais fora da prisão e à uma crescente aceitação das abordagens de “lei e ordem” para o encarceramento e vigilância. Embora as políticas de lei e ordem tenham impulsionado uma expansão prisional massiva ao final da década de 1970 e início de 1980, a base lançada pelos ativistas abolicionistas dentro e fora da prisão continuou

⁵ Daniel Burton-Rose, “War Behind Walls: Work Strikes and Prisoner Self-Organization in U.S. Prisons, 1967-76” (Tese de bacharelado, Oberlin College, 1998), 37-38.

As raízes da abolição prisional

a orientar o trabalho de organização abolicionista do final do século XX e início do XXI.

Origens Ideológicas

Os muçulmanos negros foram os primeiros, e provavelmente os mais importantes, ativistas pelos direitos dos presos na década de 1960. Os muçulmanos negros, incluindo a *Nation of Islam* – NOI [Nação do Islã], difundiram uma análise do racismo nos Estados Unidos que conectou as lutas do povo negro à história do colonialismo europeu e criou fortes agregações negras que mudaram as relações dentro da prisão. Essa virada facilitou para muitos presos negros a mudança mental de um modo de pensar individual para um coletivo.⁶ Os muçulmanos negros lideraram lutas que foram além da reivindicação por “melhoramentos” prisionais para garantir direitos e liberdades para os presos como um grupo. Buscando inspiração do movimento anterior pelos direitos civis, os muçulmanos negros buscaram reparação nos tribunais. De 1961 à 1978, relataram-se 66 decisões federais relacionadas à liberdades religiosa e racial requeridas pelos muçulmanos negros na prisão. Antes disso, os tribunais raramente julgavam questões em torno das condições prisionais e o tratamento dos presos.⁷ O litígio do lado de fora acompanhou a educação política dos presos do lado de dentro. Esse trabalho de organização lançou as bases para o desenvolvimento dos sindicatos de presos, grupos de estudos, conselhos, grupos de desenvolvimento pessoal, jornais, organizações revolucionárias e redes nacionais para lutar pela autodeterminação dos presos na década de 1970.⁸

⁶ Harvard Sitkoff, *The Struggle for Black Equality* (New York: Hill and Wang, 1981), p. 66; Bob Barber e John Pallas, “Riot to Revolution,” in *Punishment and Penal Discipline: Essays on the Prison and Prisoners’ Movement*, ed. Tony Platt e Paul Takagi (San Francisco: Crime and Social Justice Associates, 1980), p. 148-150.

⁷ James B. Jacobs, “The Prisoners’ Rights Movement and Its Impacts, 1960-1980,” *Crime and Social Justice 2* (1980), p. 433-434.

⁸ O vasto conjunto de trabalho de organização político e produção cultural que emergiu atrás dos muros prisionais na década de 1970 tem ainda de ser totalmente

Os muçulmanos negros ajudaram a criar o espaço para que uma ampla gama de literatura revolucionária e ativistas influenciassem a consciência dos presos. A sobreposição de indivíduos e ideais de múltiplos movimentos fomentou as relações e o trabalho de organização dentro da prisão e, até certo ponto, também reuniu essas organizações do lado de fora.⁹ Essa diversificação difundiu a ideia, ao menos na esquerda, de que as prisões eram, nas palavras da ex-membra dos Panteras Negras, Ashanti Alston, “um instrumento de repressão, parte da ampla sociedade (repressiva) que era a sociedade capitalista.”¹⁰ Os radicais encarcerados levaram consigo suas ideologias radicais, que eles compartilharam em grupos de estudos e programas educacionais que ensinaram história cultural e teoria revolucionária a partir dos escritos de pessoas como Malcolm X, Karl Marx, Che Guevara, Frantz Fanon e Mao Zedong. O *Inmates for Action in Alabama* [Detentos pela Ação em Alabama], por exemplo, estabeleceu programas educacionais

documentado. Para uma visão preliminar, ver Ronald Berkman, *Opening the Gates: The Rise of the Prisoners' Movement* (Lexington, MA: Lexington Books, 1979), bem como os textos citados nas notas 4 e 6 acima, e nota 13 abaixo.

⁹ Do lado de fora, grupos se reuniram em torno de campanhas específicas para libertar presos políticos. Por exemplo, a *National United Committee to Free Angela Davis and All Political Prisoners* – NUCFAD [Comitê Nacional Unificado pela Libertação de Angela Davis e Todos os Presos Políticos], e posteriormente a *National Alliance Against Racist and Political Repression* – NAARPR [Aliança Nacional Contra Repressão Racista e Política], incluíam uma ampla variedade de grupos de esquerda, com membros do Partido dos Panteras Negras, do Partido Comunista dos Estados Unidos e advogados liberais simpatizantes. Ver *Angela Davis: An Autobiography* (New York: International Publishers, 1988 [1974]), p. 397-398 [ed. bras.: Uma autobiografia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019]. NUCFAD coeditou o livro de 1971, *If They Come in the Morning*, que pôs em evidência dezenas de casos em andamento à época, incluindo os casos dos Panteras Negras, de ativistas antiguerra, feministas mulheres de minorias étnico-raciais e militantes dos movimentos de independência indígena americano, chicano e porto-riquenho. Ver Angela Davis et al., eds., *If They Come in the Morning: Voices of Resistance* (São Francisco: The Third Press, 1971). Os arquivos NAARPR no *Schomburg Center for Research in Black Culture* [Centro Schomburg para Pesquisa em Cultura Negra] revelam o movimento de solidariedade em curso que o grupo tentou durante a década de 1970, ao mesmo tempo que trabalhou para apoiar os presos políticos em uma série de causas e lutou contra a repressão legislativa.

¹⁰ Ashanti Alston, entrevista com a autora, gravação de voz, Brooklyn, Nova Iorque, 05 jan. 2004.

As raízes da abolição prisional

sobre sobrevivência e política com reuniões diárias em meados da década de 1970 cobrindo tópicos como história negra e “Teoria revolucionária e a verdade sobre o capitalismo e todos os seus efeitos.”¹¹

Muitos indivíduos que foram presos pelo que a esquerda cunhou de “crimes sociais” (*i.e.*, crimes de rua) foram transformados por ideias apresentadas para eles pela literatura enviada de fora ou fornecida a eles no interior. Um preso californiano chamado George Jackson tornou-se o preso-revolucionário mais conhecido e influente. Encarcerado por assalto à mão armada de 70 dólares de um posto de gasolina, Jackson tornou-se politizado e, finalmente, um marechal do Partido dos Panteras Negras. A partir dele, seções do partido se espalharam pelo sistema prisional californiano. Em seu livro mais vendido, *Soledad Brother: The Prison Letters of George Jackson* [Irmão Soledad: As Cartas da Prisão de George Jackson], ele articulou como as pessoas negras eram sistematicamente oprimidas e exploradas nos Estados Unidos, identificando uma conexão direta entre encarceramento e racismo antinegro.¹² Essa conexão perniciosa, como Jackson proclamou em seu manifesto publicado postumamente, *Blood in My Eye*, fez dos presos “um poderoso reservatório de potencial revolucionário”.¹³ Ao passo que Jackson se tornava um caso famoso, ele também treinava quadros dentro da prisão em uma série de teorias revolucionárias e técnicas de luta.¹⁴ A crescente popularidade de Jackson

¹¹ “Alabama’s Attica,” *Midnight Special* 4:6 (ago. – set. 1974), p. 8.

¹² George Jackson, *Soledad Brother: The Prison Letters of George Jackson*, 2nd ed. (New York: Bantam Books, 1972).

¹³ George Jackson, “Toward the United Front,” in *Blood in My Eye* (New York: Random House, 1972 e Baltimore: Black Classics Press, 1990), p. 108. [O texto em questão está traduzido para o português pelo projeto Traduções Abolicionistas com o título “[Rumo à Frente Unida](#)”.]

¹⁴ Ver a autodescrição de Jackson em *Blood in My Eye*. Ver também Lee Bernstein, “The Age of Jackson: George Jackson and the Culture of American Prisons in the 1970s,” *Journal of American Culture* 30:3 (set. 2007), p. 317, e Eric Cummins, *The Rise and Fall of California’s Radical Prison Movement* (Stanford, CA: Stanford University Press, 1994), p. 151-186. A revista online *Proud Flesh: New Afrikan Journal of Culture, Politics, and Consciousness* – o título é retirado de uma carta de Jackson – demonstra uma forma em que Jackson continua a influenciar o discurso acadêmico e ativista. Ver

e o crescente número de pessoas de esquerda sendo encarceradas ajudou a colocar os presos no centro da agenda da esquerda radical no início da década de 1970. O ativismo dos presos foi construído sob a presença de organizações militantes nas ruas, especialmente entre as comunidades de minorias étnico-raciais. Ralph Hamm, um líder da *National Prisoners Reform Association – NPRA* [Associação Nacional dos Presos pela Reforma], na prisão de segurança máxima *MCI Walpole*, descreveu o programa da NPRA como “arraigado no movimento de consciência negra da época.”¹⁵ Como ocorreu com os Panteras Negras, o trabalho do *American Indian Movement* [Movimento Indígena Americano], dos *Brown Berets* [ou Boinas Cafés] e *Young Lords* [Jovens Senhores] e do sindicalismo militante contribuiu para um interesse geral pelos presos radicais.

Os ativistas dentro da prisão sofreram ainda mais repressão violenta do que os revolucionários fora da prisão. Presos radicais, particularmente os radicais de minorias étnico-raciais, sofreram mais abusos físicos e mentais, como agressões físicas e confinamento solitário estendido. Após atos de resistência, incluindo protestos e greves trabalhistas, os participantes eram costumeiramente reprimidos fisicamente.¹⁶ Presos identificados como líderes ou agitadores políticos eram frequentemente mantidos em isolamento ou transferidos para blocos diferentes ou prisões diferentes.¹⁷ Em uma tentativa de reprimir o trabalho de organização radical de qualquer tipo,

especificamente o volume 5, disponível em: <https://www.africanknowledgeproject.org/index.php/proudflesh/issue/view/19>

¹⁵ Jaime Bissonette, *When the Prisoners Ran Walpole: A True Story in the Movement for Abolition* (Cambridge, MA: South End Press, 2008), p. 129.

¹⁶ Cummins, *California's Radical Prison Movement*, p. 80.

¹⁷ Bo Brown, uma antiga presa política e membra da *George Jackson Brigade* [Brigada George Jackson], um grupo armado clandestino em meados da década de 1970, era frequentemente transferida de prisão em prisão. Para limitá-la, Bo Brown recordou, eles “me mantinham em isolamento e me moviam a cada um ano e meio ou dois anos.” Bo Brown, entrevista com a autora, gravação de voz, Oakland, CA, 19 jan. 2004.

As raízes da abolição prisional

especialmente entre presos negros, os guardas prisionais também retiravam privilégios, censuravam a correspondência e baniam livros enviados para presos identificados como ativistas.¹⁸

Trabalho de organização

Um dos meios que os presos utilizaram para tentar resistir à repressão dos diretores prisionais foi forjar uma cultura de solidariedade. O principal obstáculo para construí-la foi a tensão racial. Após a Segunda Guerra Mundial, a composição racial das prisões começou a mudar de uma maioria de brancos para desproporcionalmente uma maioria de negros; ainda assim, em muitos lugares, as prisões permaneceram segregadas racialmente até a década de 1960.¹⁹ Embora os muçulmanos negros e outros grupos tenham desafiado a segregação racial, a integração institucional não abordou o racismo acentuado entre os presos brancos, guardas prisionais e diretores. Os diretores prisionais utilizavam as divisões raciais em vantagem própria, favorecendo e privilegiando os presos brancos em detrimento dos presos de minorias étnico-raciais a fim de manter o controle, de tal modo que as tensões raciais nas prisões frequentemente resultavam em confrontos violentos entre os presos.²⁰

Ao final da década de 1960, os presos influenciados pelas ideologias dos crescentes movimentos terceiro mundistas nos Estados Unidos e no exterior afirmaram que os presos constituíam uma classe política e econômica distinta com interesses comuns. Ativistas tentaram

¹⁸ A reclamação sobre a repressão da direção prisional é bem relatada em escritos de presos da época, bem como nas demandas dos presos em rebelião, como aqueles em Folsom em 1970, Attica em 1971 e Marion em 1972. Ver, por exemplo, Alan Eladio Gómez, “Resisting Living Death at Marion Federal Penitentiary, 1972,” *Radical History Review* 96 (2006): p. 58-86. Jornais de presos frequentemente falavam de tal tipo de assédio; ver *Midnight Special: Prisoners News*, NYU Bobst Tamiment/Wagner Archives Main Collection (HV 6201. m53).

¹⁹ James B. Jacobs, “Race Relations and the Prisoner Subculture,” *Crime and Justice I* (1979): p. 4-7.

²⁰ Pallas e Barber, “Riot to Revolution,” p. 150; Bernstein, “The Age of Jackson,” p. 317.

forjar alianças entre presos para construir o que eles descreveram como uma frente unida, que se empenharia em uma luta de classes comum como uma classe de pessoas encarceradas “sujeitadas a [um] ciclo contínuo de pobreza, prisão, livramento condicional [*parole*], e mais pobreza.”²¹ Organizações como a *United Prisoners’ Union* [Sindicato dos Presos Unidos], formada em 1970, buscaram organizar os presos como uma classe de condenados para quebrar esse ciclo. Uma abordagem de classe não definiu todo o crescente movimento prisional, que foi bastante moldado pelo nacionalismo racial, mas havia um crescente reconhecimento de que divisões entre os presos dificultava o trabalho de organização para provocar mudanças. Conflitos raciais, tais como o confronto de 1967 em San Quentin, começaram a ser resolvidos através de tréguas entre os líderes brancos e negros e de compromissos declarados para o trabalho conjunto em prol de objetivos unificados.²² Na *Walpole State Prison* [Prisão Estadual Wapole], em Massachusetts, o preso branco Bobby Dellelo chegou a um “entendimento de que a reforma é impossível sem equidade racial” e se os “presos negros forem deixados para trás, em breve todos os presos também seriam.”²³ Presos politizados argumentaram que a unidade racial aterrorizava os funcionários prisionais – já que, como Lorenzo Komboa Ervin, um pantera negra encarcerado na prisão Terre Haute em Indiana, argumentava, “todos os funcionários prisionais sabem que se o racismo for superado, a revolta é inevitável.” Ervin considerava as relações entre radicais brancos e revolucionários negros essenciais para dismantelar a influência da Ku Klux Klan em Terre Haute.²⁴

Ativistas presos clamavam cada vez mais por (e frequentemente conseguiam) unidade, o que os permitiu organizar greves e protestos

²¹ “History of the U.P.U.,” *Anvil* (March–April 1975): I, Alternative Press Archives. Utilizado com permissão.

²² Pallas e Barber, “Riot to Revolution,” p. 150; Cummins, *California’s Radical Prison Movement*, 91.

²³ Bissonette, *When the Prisoners Ran Walpole*, p. 28.

²⁴ Lorenzo Komboa Ervin, “Behind the Walls of Prison,” in *Race Traitor*, ed. Noel Ignatiev e John Garvey (New York: Routledge, 1996), p. 62.

As raízes da abolição prisional

exitosos em torno de demandas específicas. As revoltas em San Quentin em 1968 e na ala Long Island da *Queens House of Detention* [Casa de Detenção Queens] em outubro de 1970, e as paralizações dos trabalhos nas prisões de Soledad, Folsom e San Luis Obispo, na Califórnia, em novembro de 1971, foram organizadas por coalizações multirraciais que tentaram romper as divisões raciais entre os presos com uma consciência de classe de presos unida e interracial. Um alto nível de politização dos presos, o apoio de organizações do lado de fora e uma crescente rejeição das reformas contribuíram para o aumento da resistência organizada dos presos na forma de greves laborais, protestos e tomadas de controle das prisões por presos. As revoltas prisionais cresceram de 5 em 1967 para 15 em 1968, 37 em 1970, 37 em 1971 e 48 em 1972, o maior número em toda a história estadunidense.²⁵

Presos por todo o país utilizaram greves laborais para conquistar aumentos salariais, condições melhoradas e para negociar coletivamente direitos, bem como para expressar solidariedade com outras ações ou eventos acontecendo domesticamente e internacionalmente. Um fato talvez igualmente crucial é que as greves de presos buscavam dar visibilidade aos presos como uma classe oprimida, mas organizada. Entre 1965 e 1975, presos entraram em greve em mais de 12 estados, incluindo Arizona, Ohio, Nebraska, Indiana, Nova Jérsei e Oklahoma.²⁶ Greves laborais em prisões para mulheres, tais como a greve laboral da primavera de 1971 na *California Institution for Women* [Instituição para Mulheres da Califórnia], Frontera, eram uma resposta não apenas às práticas laborais, mas também às revistas nas celas e corporais.²⁷ O trabalho de organização em torno da questão laboral destacava as

²⁵ Bert Useem e Peter Kimbal, *States of Siege: U.S. Prison Riots 1971–1986* (Oxford: Oxford University Press, 1991), p. 18.

²⁶ Arizona State Prison in Florence, 1972; Vermont, Lincoln, NE, 18 out. 1971; Nebraska Penal Complex, 18 out. 1971 (ver *Penal Digest International* 1:5 [out. 1971]: p. 4); Michigan City, IN, 1972; McAlester Prison, OK, 1º maio 1970; Lucasville, OH, 24 maio 1973; Framingham Women's Prison, MA, 13 dez. 1972; e Clinton Women's Prison, NJ, 8 nov. 1972.

²⁷ Burton-Rose, "War Behind Walls," p. 26.

formas pelas quais o governo lucrava com o trabalho dos presos. Ao recusar trabalhar, os presos afirmavam o seu poder como trabalhadores e desafiavam a perspectiva de que o trabalho dos presos era gratuito e explorável.²⁸ A nível nacional, os presos que trabalhavam recebiam bem abaixo do salário mínimo, isso se recebessem. De meados da década de 1960 à meados da década de 1970, sindicatos foram organizados na Califórnia, Michigan, Nova Iorque, Ohio, Washington, New England, Carolina do Norte, Minnesota e Washington.²⁹ Sindicatos trabalhistas de presos lutaram pelos direitos dos presos como trabalhadores cujo trabalho era explorado pelos governos federal e estaduais e era impossibilitado de ser utilizado em favor de suas próprias comunidades. Nas palavras dos presos de New Hampshire: “Quando os presos se rebelam e exigem serem tratados como seres humanos; eles não estão apenas lutando contra as condições desumanas; eles estão em greve contra o estado que mantém essa situação na qual cada um de nós é roubado dos frutos de nosso trabalho todos os dias.”³⁰ Alguns sindicatos utilizaram táticas de confronto, enquanto outros trabalharam nos limites dos canais judiciais e legislativos. Entretanto, ambos compartilhavam uma análise radical do trabalho prisional como central para o capitalismo estadunidense, e, portanto, lutavam consistentemente contra as barreiras estabelecidas pelas autoridades prisionais. A NPRA conseguiu que 80% dos presos aderissem ao sindicato quando eles exigiram reconhecimento como uma unidade de negociação coletiva para os presos na MCI Walpole pelo *State Labor Relations committee* [Comitê Estadual de Relações Trabalhistas]. Além de querer funcionar como uma unidade de negociação coletiva, a NPRA

²⁸ A 13ª Emenda dos Estados Unidos tornou a escravidão ou servidão involuntária ilegal a não ser em caso de punição por um crime: “Emenda XIII. Seção 1. Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito a sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, salvo como punição de um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado.”

²⁹ Ted Siegel, “Struggle in Ohio,” *NEPA News* (out. 1973): p. 3; Burton-Rose, “War Behind Walls,” p. 41.

³⁰ “Midnight Benefit,” *Midnight Special: Prisoner News* 5:4 (jul.–ago. 1975): p. 1-3.

As raízes da abolição prisional

tinha objetivos para “exercer a autodeterminação dentro da prisão, e para demonstrar que a própria prisão era desnecessária.”³¹ O trabalho de organização da NPRA culminou em uma tomada de controle da prisão que durou três meses em 1973, quando os presos administraram a instituição depois de os guardas recusarem a trabalhar em protesto contra o radicalismo dos presos e o que eles percebiam como uma direção prisional leniente.³²

Além da reforma

Grupos trabalhando dentro e fora das prisões lutaram por programas sociais, melhores condições prisionais e a mudança em políticas, tais como a *indeterminate sentencing*³³. Alguns diretores prisionais progressistas tentaram implementar reformas como parte do senso predominante à época sobre “reabilitação” correcional, tais como treinamento educacional e técnico e a formação de “conselhos de reclamação para os internos”. Intencionalmente, essas reformas eram pequenas alterações ao sistema existente e frequentemente eram utilizadas para atenuar o ardor das críticas mais radicais.³⁴ Em Massachusetts, por exemplo, legislações reformistas que buscavam reduzir o tamanho do sistema prisional ao articular as prisões estaduais em um “programa de modificação de comportamento” que expandiu as unidades de trabalho e comunitárias resultaram em uma significativa expansão prisional.³⁵ O próprio ex-diretor do *Department of Youth Services*

³¹ Bissonette, *When the Prisoners Ran Walpole*, p. 89.

³² Para um relato da tomada de controle da MCI Walpole, ver Bissonette, *When the Prisoners Ran Walpole*.

³³ Nota do Tradutor (NT): Em tradução livre, “condenação indeterminada”. Trata-se de uma política criminal estadunidense que consiste em uma condenação à pena de prisão que varia por um determinado período de tempo (por exemplo, “cinco à dez anos”). Uma comissão especial realiza audiências durante o período determinado a fim de definir se o apenado está apto a receber o benefício do livramento condicional.

³⁴ Marie Gottschalk, *The Prison and the Gallows: The Politics of Mass Incarceration in America* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006), p. 194.

³⁵ Bob Martin, “The Massachusetts Correctional System: Treatment as an Ideology for Control,” in *Punishment and Penal Disciplina*, ed. Platt e Takagi, p. 156-164.

[Departamento de Assistência Juvenil], Jerome Miller, reconheceu essas unidades correccionais comunitárias como “nem tanto uma alternativa, mas um acréscimo.”³⁶ Até mesmo a concessão de demandas do movimento prisional reforçava o sistema prisional, como demonstrado na campanha contra a *indeterminate sentencing*. Os reformadores que conceberam a *indeterminate sentencing*, em 1870, tinham-na como uma forma “progressista” para reabilitar os presos. Mas, na prática, o instituto foi utilizado para manter indivíduos encarcerados sob a vontade de comissões de livramento condicional [*parole boards*]³⁷. O movimento de presos da década de 1970 conseguiu reverter a *indeterminate sentencing*; por volta da década de 1980, entretanto, indivíduos na Direita política entendiam essa política como muito leniente e utilizaram a sua descontinuação como uma oportunidade para aprovar políticas condenatórias mais repressivas, tais como *mandatory minimums*³⁸ na década de 1980 e as leis “*three strikes*”³⁹ na década de 1990.⁴⁰

³⁶ Jerome G. Miller, *Last One Over the Wall: The Massachusetts Experiment in Closing Reform Schools* (Columbus: Ohio State University Press, 1991), p. 4.

³⁷ Talvez o mais famoso caso de *indeterminate sentence* na época foi o de George Jackson, que recebeu uma condenação de um ano à prisão perpétua e cuja presença militante na prisão levou a repetidas negações de livramento condicional. O caso de Jackson, quando alcançou notoriedade, catalisou uma campanha contra a *indeterminate sentencing*.

³⁸ NT: Em tradução livre, condenação mínima obrigatória. Trata-se de uma política criminal estadunidense que consiste em um tempo mínimo de pena, determinado pelo Congresso ou Assembleias Legislativas, que o juiz **deve** condenar o réu, caso este seja declarado culpado, independentemente das circunstâncias do crime.

³⁹ NT: O termo “*three strikes*” é uma referência ao golfe, esporte popular nos Estados Unidos. Trata-se de uma política criminal estadunidense que objetiva aumentar dramaticamente a punição de pessoas condenadas por um crime grave [*felony*] que anteriormente já tenham sido condenadas pela prática de outro crime grave.

⁴⁰ Ver, por exemplo, Franklin E. Zimring, Gordon Hawkins, e Sam Kamin, *Punishment and Democracy: Three Strikes and You're Out in California* (New York: Oxford University Press, 2001), e Loïc Wacquant, *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity* (Durham, NC: Duke University Press, 2009) [ed. bras.: Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007].

As raízes da abolição prisional

A combinação da decepcionante realidade das reformas com a rápida radicalização dos presos, facilitadas pelo fluxo contínuo de radicais entrando na prisão por acusações politicamente motivadas, levaram os reformadores e revolucionários a reunirem as exigências por mudanças institucionais com chamados para reformular ou eliminar o sistema inteiro.⁴¹ Uma análise radical do encarceramento se difundiu, identificando as prisões como “armazéns de pobres” ou armas de “genocídio” com o objetivo de oprimir indivíduos e comunidades em vez de promover segurança. Nessa análise, em vez de estarem quebradas e precisando de reparos, as prisões estadunidenses funcionavam de acordo com o planejado: para serem ferramentas da manutenção das hierarquias de raça e classe. O *United Prisoners Union* [Sindicato dos Presos Unidos] escreveu, “É um grande erro político lutar por reformas mínimas, porque mesmo quando essas reformas são garantidas, os Campos de Concentração⁴² continuam existindo para aqueles que ameaçam a classe dominante.”⁴³ Jerome Miller concordou, caracterizando a reforma como “inovação sem ameaçar a estabilidade da instituição”⁴⁴ e “uma nova linguagem para esconder velhas realidades.”⁴⁵

A única solução, então, era abolir as prisões e desenvolver novas estruturas que lidassem holisticamente com as reais causas dos danos sociais. Em uma carta a um de seus apoiadores, John Clutchette, um dos irmãos Soledad [*Soledad Brothers*]⁴⁶, escreveu, “Há apenas um

⁴¹ Larry Sullivan, *The Prison Reform Movement: Forlorn Hope* (Boston: Twayne Publishers, 1990), p. 106-107.

⁴² NT: No original, *Koncentration Kamps*. As iniciais com a letra “K” são uma alusão à Ku Klux Klan – KKK, o mais conhecido grupo supremacista branco dos Estados Unidos.

⁴³ “History of the U.P.U.,” *The Anvil* (mar.–abr. 1975): p. 3.

⁴⁴ Miller, *Last One Over the Wall*, p. 46.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 4.

⁴⁶ NT: Grupo formado por George Jackson, John Clutchette e Fleeta Drumago. Os três não se conheciam anteriormente a seus respectivos aprisionamentos, e cumpriam pena no presídio estadual na cidade de Soledad, Califórnia, por acusações de roubo em diferentes ocasiões. Ficaram conhecidos como “irmãos Soledad” ao serem acusados do assassinato de um guarda prisional. O grupo era conhecido pelos seus

imperativo – reformular! [Reformar] significa mudar a moldura na parede –, mas não o quadro em si.”⁴⁷

Foi neste contexto de desenvolvimento de uma consciência de classe encarcerada radical e de trabalho de organização nas prisões a nível regional e local que os presos em Attica ocuparam o Pátio D [*D Yard*]. A violência da polícia de Nova Iorque na resposta à tomada (e subsequente auto-organização) da unidade pelos presos em Attica provou para muitos a necessidade de mudança radical. Chamados pela abolição das prisões foram generalizados. Estes chamados se misturaram com outras abordagens ao trabalho de organização prisional, incluindo comitês de defesa para presos individuais, trabalho de organização por moratória prisional, esforços legislativos e apelos insurrecionais. Mídias de esquerda, como o programa de rádio da emissora KPFA (Pacífica), *Nothing Is More Precious Than* [Não Há Nada Mais Precioso], fizeram a cobertura jornalística do trabalho de organização dos presos, promoveram campanhas para libertar presos políticos e circularam comunicados de grupos clandestinos como o *Black Liberation Army* [Exército de Libertação Negra] que desafiavam o sistema prisional.⁴⁸ Mas até mesmo muitos no movimento prisional não viam a abolição como viável. Foi somente após Attica que as organizações centradas explicitamente na abolição começaram a fazer exigências concretas. Foram criados programas que poderiam efetivamente abolir as prisões ao abordar diretamente as fontes da desigualdade social e da violência sistêmica e interpessoal. Da perspectiva de Angela Davis, sendo ela mesma uma presa política em 1971, “a rebelião de Attica marcou um momento na história desse país

escritos políticos e militância no contexto prisional. A atuação política rendeu ao grupo uma forte perseguição dentro dos presídios. George Jackson, seu membro mais conhecido, foi assassinado em 21 de agosto de 1971 no presídio de San Quentin, também na Califórnia. Em 27 de março de 1972, John Clutchette e Fleeta Drumago foram absolvidos da acusação do assassinato do guarda prisional.

⁴⁷ John Clutchette, “On Prison Reform,” *If They Come in the Morning*, p. 136.

⁴⁸ Ver os arquivos do “Nothing is More Precious Than...”, armazenados no *The Freedom Archives*, San Francisco, <<http://www.freedomarchives.org>>.

As raízes da abolição prisional

[Estados Unidos] em que as pessoas começaram a considerar seriamente a possibilidade de abolir as prisões.”⁴⁹ Não era a maioria das pessoas, entretanto, como o surgimento subsequente do encarceramento em massa muito bem atesta. Mas para alguns, Attica e sua repercussão fez surgir o espectro de que a melhor prisão era, na verdade, nenhuma prisão.

A abolição foi baseada na ideia de que o encarceramento era um meio de controlar e manter a pobreza entre, e impor violência sistêmica sobre, comunidades de pessoas de minorias étnico-raciais e de pessoas brancas pobres. A exigência pela abolição das prisões, e, recentemente, pela abolição do complexo industrial-prisional, emergiu como um enfrentamento à supremacia branca, desigualdade econômica e violência sistêmica. A ativista Bettina Aptheker, uma apoiadora dos irmãos Soledad e ativa na campanha para libertar Angela Davis, escreveu,

A questão não é apenas reformar, mas é também construir uma luta para abolir as atuais funções e fundações do sistema prisional, um esforço que pode enfim ter sucesso apenas com a abolição do capitalismo... Claro, as reformas que podem ser conquistadas em batalhas cotidianas na frente jurídica e política serão concessões importantes. Mas a questão é atacar toda a fundação – todos os pressupostos – envolvida na manutenção do sistema prisional.⁵⁰

Uma variedade de organizações, indivíduos e meios foram empregados para avançar a causa da abolição. Isso incluía sindicatos de presos, organizações de apoio à presos, organizações revolucionárias, pacifistas e até mesmo alguns juízes e diretores prisionais. As amplas políticas da abolição forneceram um dos poucos espaços em que nacionalistas negros [*black nationalists*], proponentes da autodefesa armada e pacifistas radicais majoritariamente brancos se uniram em uma política e prática compartilhada. Abolicionistas autodeclarados

⁴⁹ Angela Davis, entrevista com a autora, gravação de voz, Santa Cruz, CA, 15 jan. 2004.

⁵⁰ Bettina Aptheker, “Social Functions of Prisons in Society,” *If They Come in the Morning*, p. 57.

consideravam-se parte de uma “tradição viva de movimentos por justiça social” diretamente conectados aos movimentos pela abolição da escravidão no século XIX. Eles viam os atuais termos do encarceramento como uma forma diferente de escravidão que foi paradoxalmente permitida pela 13ª Emenda, que banuiu a escravidão *salvo como punição de um crime*, desta forma incluindo a escravidão (penal) na lei embora buscando aboli-la formalmente.⁵¹

Embora inicialmente disperso, um conjunto comum de ideias, estratégias e táticas abolicionistas se aglutinaram do início a meados da década de 1970. A abolição era baseada na crença compartilhada de que as desigualdades sociais causavam violência interpessoal. No guia abolicionista *Instead of Prisons* [Em vez das prisões] (1976), o *Prison Research Education Action Project – PREAP* [Projeto de Pesquisa, Educação e Ação Prisional], um coletivo de abolicionistas pacifistas, definiu o crime “como um problema com raízes profundas na estrutura social, não apenas uma série de problemas individuais. Em vez de punir atores individuais, uma resposta coletiva para as causas profundas é necessária.”⁵² Essas causas profundas, incluindo racismo, pobreza, sexismo e homofobia, eram produzidas pela sociedade e pelo estado, e resultavam em uma distribuição desigual de poder e riqueza que beneficiava apenas uns poucos.⁵³ As prisões eram utilizadas para manter esse desequilíbrio, fracassando em manter o público seguro e colocando em risco as comunidades alvo.⁵⁴ Para o PREAP, “o único modo

⁵¹ Prison Research Education Action Project (PREAP), “Time to Begin”, in *Instead of Prisons: A Handbook for Abolitionists* (Syracuse, NY: Prison Research Education Project, 1976; e Oakland, CA: Critical Resistance, 2005), p. 16.

⁵² *Ibid.*, p. 36.

⁵³ *Ibid.*, p. 20. Na época, obviamente, os abolicionistas prisionais discutiam o racismo e a pobreza como causas estruturais do crime mais do que o sexismo e a homofobia. Análises de gênero se tornaram mais predominantes entre os abolicionistas prisionais contemporâneos. Ver Julia Sudbury, “Maroon Abolitionists: Black Gender-oppressed Activists in the Anti-Prison Movement in the U.S. and Canada,” *Meridians* 9:1 (2009), 1–29; Critical Resistance and Incite! Women of Color Against Violence, “Gender Violence and the Prison-Industrial Complex,” in Incite! Women of Color Against Violence, ed., *Color of Violence* (Cambridge: South End Press, 2006), p. 223-226.

⁵⁴ *Instead of Prisons*, p. 38-45.

As raízes da abolição prisional

significativo de mudar o predominante sistema estadunidense de liberdade para os livres, justiça para alguns e desigualdade para todos [era] mediante mudanças na distribuição de poder.”⁵⁵

O *Inmates For Action – IFA* [Detentos pela Ação], um grupo de presos antiprisional do Alabama, e o seu aliado do lado de fora, o *Committee for Prisoner Support in Birmingham – CPSB* [Comitê de Birmingham de Apoio ao Preso], compartilhavam essa perspectiva e conectaram a abolição com a necessidade por mudança social. Mafundi, um antigo membro do IFA que trabalhou com o CPSB, escreveu, “sem a reestruturação da sociedade – seus valores, morais, prioridades etc. – jamais poderia haver um esforço realista para livrar este país do crime e dos criminosos.”⁵⁶ Similarmente, os membros da *New England Prisoners Association* [Associação de Presos de New England], em New Hampshire, defendiam o “objetivo final e principal de abolir as prisões e o sistema que as alimenta.”⁵⁷ A PREAP propôs uma agenda abolicionista em três etapas que incluíam “(1) justiça econômica e social para todos, (2) atenção a todas as vítimas e (3) em vez de punição, reconciliação em uma comunidade solidária.”⁵⁸ O guia tentou fundamentar essa estratégia tripartite em modelos concretos e comunitários de mudança social que conectava a transformação revolucionária da sociedade à transformação pessoal de indivíduos e comunidades.

Mantendo a crença de que o encarceramento é “moralmente repreensível e indefensável,” bem como inefetivo para realmente promover a segurança e a reparação de danos interpessoais, os abolicionistas propuseram a “reconciliação, não a punição, como uma resposta adequada para atos criminais” – o que viria a ser chamado de justiça transformativa. PREAP escreveu,

⁵⁵ *Ibid.*, p. 20.

⁵⁶ Mafundi, “Understanding the Criminal Justice System,” *Committee for Prisoner Support in Birmingham* 5 (abr. 1975). Alternative Press Archives. Utilizado com permissão.

⁵⁷ “Plea for Unity,” *NEPA News* (mar. 1974): 10-11.

⁵⁸ PREAP, *Instead of Prisons*, p. 20.

Os atuais sistemas de in(justiça) criminal focam em alguém para punir, pouco se preocupando com as necessidades do criminoso ou a perda da vítima. A resposta abolicionista busca restaurar tanto o criminoso quanto a vítima para um estado total de humanidade, para vidas de integridade e dignidade na comunidade. Os abolicionistas propõem o mínimo de coerção e intervenção na vida de um indivíduo e o máximo de cuidado e assistência para todas as pessoas na sociedade.⁵⁹

Essa perspectiva era compartilhada pelo *American Friends Service Committee – AFSC* [Comitê de Assistência dos Amigos da América], uma organização *quaker* pela paz e justiça social; diversos membros da PREAP eram *quakers*.⁶⁰ Embora os *quakers* tenham inventado o sistema penitenciário em 1791, eles se tornaram líderes no trabalho de organização pela reforma prisional e, posteriormente, abolição prisional. A AFSC dirigiu um programa de justiça criminal que trabalhou pela reforma prisional e propôs centros de crise e empoderamento comunitário como alternativas à prisão para abordar de forma mais completa o dano que as pessoas experienciavam e suportavam, bem como melhorar as condições de vida e ajudar as pessoas a encontrar emprego e oportunidades educacionais. Eles recomendavam “que um amplo espectro de terapia, aconselhamento e assistência psiquiátrica e educacional sejam disponibilizados, gratuitamente, de forma voluntária, para toda a população, dentro das prisões e nas ruas.”⁶¹ O projeto de abolição, então, era tão criativo quanto era pela destruição do sistema de punição existente. O preso M. Sharon Smolick definiu a tarefa no prólogo de *Instead of Prisons*:

Não é suficiente apoiar um movimento, ajudar uma causa ou nos unirmos, dentro e fora das prisões. Como abolicionistas, nós devemos olhar para o futuro e examinar o impacto a longo prazo de nossa realidade presente. Nós devemos ser criativos e inquietos. Nós devemos entender o nosso caminho e a abolição

⁵⁹ *Ibid.*, p. 11.

⁶⁰ Sullivan, *The Prison Reform Movement*, p. 5; Scott Christianson, *With Liberty for Some: 500 Years of Imprisonment in America* (Boston: Northeastern University Press, 1998).

⁶¹ American Friends Service Committee – AFSC, *Struggle for Justice: A Report on Crime and Punishment in America* (New York: Hill and Wang, 1971, 1972), p. 170-173.

As raízes da abolição prisional

deve ser esse caminho, porque todo o sistema de punição fracassou.⁶²

Os abolicionistas entenderam que o desenvolvimento de tal comunidade era um projeto de longo prazo e, enquanto propunham uma mudança radical e massiva, os abolicionistas também agiam em curto prazo para construir essa nova sociedade. Em seu relatório sobre o estado das prisões e o sistema de justiça criminal nos Estados Unidos, a AFSC fez um chamado por investimentos nas comunidades através de recursos para educação, emprego, moradia e serviço de saúde, bem como uma moratória imediata sobre construção prisional e o fim das *indeterminate sentencing*.⁶³

Se a escolha fosse entre prisões como elas são agora ou nenhuma prisão, escolheríamos prontamente a última opção. Nós estamos convencidos de que seria muito melhor derrubar todas as cadeias agora do que perpetuar a desumanidade e o horror realizados atrás dos muros das prisões em nome da sociedade. As prisões, da forma que existem, são mais um fardo e uma desgraça para nossa sociedade do que são uma proteção ou uma solução para o problema do crime.

Enquanto resistiam com urgência ao sistema prisional existente, os abolicionistas eram fortes críticos da reforma prisional como desenvolvida então. Ecoando a afirmação de George Jackson de que reforma significava apenas mais repressão, os abolicionistas argumentavam que muitas reformas apenas escondiam a real natureza das prisões.⁶⁴ Os abolicionistas buscavam expor as prisões como nada mais que o ato de enjaular humanos, e propunham “reformas abolicionistas” que retirassem o poder do sistema prisional, empoderando comunidades e criando oportunidades para expandir

⁶² PREAP, *Instead of Prisons*, p. 9.

⁶³ NT: Ver nota 33.

⁶⁴ Jackson, *Blood in My Eye*, p. 118. Jackson escreveu, “Mas se alguém, para evitar qualquer dúvida, for obrigado a definir [o fascismo] em uma palavra suficientemente simples para todos entenderem, essa palavra seria ‘reforma’”. Ver também Karen Wald e Ward Churchill, “Remembering the Real Dragon: An Interview with George Jackson” in *Cages of Steel: The Politics of Imprisonment in America*, ed. Ward Churchill e Jim Vander Wall (College Park, MD: Maisonneuve Press, 1992), p. 178.

uma práxis abolicionista. Essa práxis significava reduzir e eliminar as prisões o mais rapidamente possível, mas também implicava um amplo assalto às ideologias e instituições que possibilitaram o encarceramento. Como a PREAP definiu, “As reformas modernas procuram esconder a crueldade do ato de enjaular. Nossos objetivos não estão escondidos por novas fachadas bonitas, pela linguagem do “tratamento” e por diretores prisionais que habilmente “douram a pílula”. As reformas atuais não vão abolir as jaulas a não ser que continuem a se mover rumo à constante redução da função das prisões.”⁶⁵ Junto aos abolicionistas declarados, outras organizações também trabalharam por moratórias sobre construção prisional. Os abolicionistas percebiam a moratória apenas como um primeiro passo, e combinavam esforços para frear a construção prisional com programas que empoderavam as comunidades e avançavam o desencarceramento e o não-encarceramento.⁶⁶ Reformas abolicionistas variavam desde expandir serviços comunitários, passando por destinar recursos para programas de moradia e de criação de empregos, até o melhoramento das políticas de visita nos presídios. Essas iniciativas buscavam abordar os problemas sociais que causavam o crime e tentavam minimizar o isolamento que a prisão impunha. Os abolicionistas trabalharam para empoderar suas comunidades mediante o planejamento e a implementação de soluções para problemas de violência sexual, como centros de crises para estupro, instrução sobre autodefesa e fornecimento de educação antiestupro para pessoas de todas as idades e gêneros. Os presos também se organizaram nos presídios para evitar abusos sexuais e para empoderar os sobreviventes de violência sexual que eram presos. O *Prisoners Against Rape* [Presos Contra o Estupro] na Virgínia e em Washington focaram na conscientização, educação política e autoajuda, com o objetivo de eliminar o estupro.⁶⁷ O *Men Against Sexism* – MAS [Homens Contra o Sexismo], uma organização

⁶⁵ PREAP, *Instead of Prisons*, p. 23-25.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 67.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 152-153.

As raízes da abolição prisional

de presos gays na *Washington State Penitentiary* [Prisão Estadual Washington], em Walla Walla, conectaram uma análise sobre sexismo, homofobia e racismo para trabalhar contra a violência sexual predominante na prisão. O grupo publicou um jornal, o *Lady Finger*, que fornecia proteção física para indivíduos marcados para o abuso, e também lutaram pelos direitos dos presos gays.⁶⁸

As táticas de desencarceramento incluíam lutar contra a *indeterminate sentencing* e o livramento condicional, propor condenações mais curtas e organizar programas de restituição comunitária. Os abolicionistas propuseram métodos de não-encarceramento para reduzir a dependência nas prisões. Essas estratégias incluíam descriminalizar o uso de drogas e o trabalho sexual, reduzir o valor das fianças, estabelecer centros comunitários de conflito e mediação, promover programas de reconciliação entre vítima e agressor, políticas alternativas de condenação e suspensão condicional da pena “comunitária” que seria levada a cabo por organizações comunitárias em vez de uma suspensão condicional da pena “correcional” levada a cabo por servidores do sistema.⁶⁹ Os ativistas utilizaram alguns diretores prisionais e programas governamentais para conseguir ganhos abolicionistas. Em Massachusetts, o *Commissioner of Corrections* [Comissário Correcional] John Boone apoiou o desenvolvimento de programas comunitários como alternativas ao encarceramento e, embora inconsistente, ajudou e apoiou reformas propostas por presos e comunidades em Walpole, incluindo a formação da NPRA.⁷⁰

As reformas abolicionistas buscavam transferir o poder dos tribunais e prisões para “o povo”. Organizações fora das prisões, como o *Ad Hoc Committee on Prison Reform in the Northeast* [Comitê Ad Hoc sobre Reforma Prisional na Região Nordeste], bem como organizações

⁶⁸ Daniel Burton-Rose, “The Anti-Exploits of Men Against Sexism, 1977-78,” in *Prison Masculinities*, ed. Donald F. Sabo, Terry A. Kupers e Willie London (Philadelphia: Temple University Press, 2001), 224-229.

⁶⁹ PREAP, *Instead of Prisons*, p. 114-127.

⁷⁰ Bissonette, *When the Prisoners Ran Walpole*, p. 43-44, 78.

dentro das prisões, como a NPRA em Walpole, “eram opostas a todo tratamento que não fosse exigido, desenvolvido e selecionado pelos presos, reconhecendo que o “normal” poderia também significar conformidade forçada aos ideais societários.”⁷¹ Em vez disso, as reformas abolicionistas que os presos planejaram melhorariam as condições imediatas, contribuindo, ao mesmo tempo, para o empoderamento de suas comunidades natais fora da prisão. A educação era um elemento vital desse processo, entendido como um passo fundamental para a transformação, em vez de apenas um meio para o desenvolvimento pessoal. Em Walpole, o NPRA e o *Black African Nations Towards Unity – BANTU* [Nações Africanas Negras Rumo à Unidade] organizaram aulas sobre história negra; programas de aprendizado para leitura, escrita e aritmética; e aulas para preparar os estudantes presos para a universidade.⁷² O ativista da *BANTU*, Ralph Hamm, relembra,

A população prisional negra possuía grandes expectativas criadas atrás dos muros prisionais, tendo entrado como simples párias; para retornar às nossas respectivas comunidades como membros instruídos e contribuidores do Movimento Consciente. Nós buscamos programas vocacionais e educacionais para nos transformar em seres humanos produtivos.⁷³

Outros grupos abolicionistas, como o *Inmates for Action – IFA* [Detentos pela Ação], o *New England Prisoners Association – NEPA* [Associação de Presos de New England] e o *Prisoner’s Solidarity Committee – PSC* [Comitê de Solidariedade dos Presos] compartilhavam objetivos de curto prazo similares como parte de um esforço para tornar as prisões obsoletas. Em acréscimo às melhores condições prisionais, a IFA propunha uma expansão dos programas educacionais e vocacionais, “visitas mais humanas e amplas,” visitas conjugais, representação sindical e a “abolição da segregação (confinamento

⁷¹ *Ibid.*, p. 90.

⁷² *Ibid.*, p. 142.

⁷³ *Ibid.*, p. 130.

As raízes da abolição prisional

solitário) e das celas de isolamento punitivo (buracos/casas de cachorro), o fim das construções de prisões e cadeias e o desenvolvimento de centros de tratamento comunitários como alternativas ao encarceramento.”⁷⁴

Fundado em Rhode Island, a NEPA era uma coalizão multirracial de presos, ex-presos, e pessoas fora da prisão que inicialmente se reuniram para mobilizar um movimento nacional pela reforma prisional. Entre o início de 1973 e o final de 1974, eles começaram a defender a abolição. Eles trabalharam por salários mínimos para o trabalho prisional, um código penal uniforme e sindicatos de presos. A NEPA também ajudou presos libertos a encontrar trabalho, editou e distribuiu um jornal, *NEPA News*, e coordenaram visitas familiares nas prisões por toda a região nordeste dos Estados Unidos. Eles queriam “alcançar, promover e provocar uma reforma prisional criativa, moderna, progressista e não-violenta nos Estados Unidos [que possibilitaria]:

1. Abolir as prisões em sua forma atual.
2. Substituir as prisões e o encarceramento com uma alternativa que funcionará, e eliminar gradativamente as prisões preventivas.
3. Lidar com os problemas que os presos, as prisões e o sistema prisional enfrentam HOJE.⁷⁵

Com seções em uma dúzia de estados no nordeste, atlântico central e centro-oeste dos Estados Unidos, o PSC trabalhou pela abolição das prisões enquanto fornecia ajuda concreta na forma de assistência jurídica, transporte para visitas familiares e ajuda com correspondência. O PSC também publicou um jornal de mesmo nome e divulgou notícias em prisões através de panfletos, notas à imprensa e manifestações. Embora trabalhassem por reformas prisionais, os

⁷⁴ “Alabama’s Atticas,” *Midnight Special* 3: 4 (abr. 1973): p. 5.

⁷⁵ New England Prisoners Association, *NEPA News*, I: I, I: 3, 2: I-II. Alternative Press Archives. Utilizado com permissão.

ativistas do PSC sustentavam consistentemente que justiça e mudança real só viriam através da abolição do sistema prisional existente.⁷⁶ “Há apenas uma solução”, escreveu o ativista da PSC, Tom Soto, “e essa solução é destruir as prisões.”⁷⁷ Esse posicionamento foi repetido por abolicionistas por todo o país, inclusive na *1972 Prison Action Conference* [Conferência sobre Ação Prisional de 1972] na Universidade da Califórnia, em Berkeley, que adotou como slogan “*Tear Down the Walls*” [Derrubem os Muros].⁷⁸

Em acréscimo a esses projetos, o chamado pela abolição trilhou seu caminho, rapidamente, e por vezes de forma confusa, para a esfera do público em geral. Com início em 1971, Arthur Waskow, do *Institute for Policy Studies* [Instituto para Estudos sobre Políticas Públicas], fez um chamado por um bicentenário sem prisões ou cadeias, uma proposta que ele circulou informalmente, mas que ele também publicou no *Saturday Review*. O então procurador-geral Ramsey Clark publicou um livro em 1970 que muitos jornalistas e outros descreveram como um chamado à abolição.⁷⁹ Mesmo assim, alguns não estavam satisfeitos com as propostas de Waskow e Clark, percebendo o abolicionismo de ambos como muito impreciso e pouco detalhado. Jessica Mitford, uma renomada repórter investigativa e uma ativista de longa data, confrontou os dois homens em sua exposição da prisão *Kind and Usual Punishment* [Punição amigável e habitual]. Na conclusão do livro, Mitford argumentou que Waskow e Clark traíram os princípios da abolição ao defenderem o confinamento de desviantes sociais em fazendas fechadas – que não se chamariam prisões, ela afirmou, mas

⁷⁶ *Prisoner Solidarity Committee* (30 set. 1971): p. 6. Alternative Press Archives. Utilizado com permissão.

⁷⁷ Tom Soto, “Tear the Prisons Down,” *Prisoner Solidarity Committee* 3 (03 nov. 1971): p. 4. Alternative Press Archives. Utilizado com permissão.

⁷⁸ Essa conferência ocorreu na Universidade da Califórnia, em Berkeley, entre 28 e 30 de janeiro de 1972. Na conferência, realizaram-se *workshops* e palestras e exibiram-se filmes. Cummins, *California’s Radical Prison Movement*, p. 222.

⁷⁹ Ver Arthur I. Waskow, “... I Am Not Free,” *Saturday Review*, 8 jan. 1972, p. 20-21; Ramsey Clark, *Crime in America: Observations on Its Nature, Causes, Prevention and Control* (New York: Simon and Schuster, 1970).

As raízes da abolição prisional

serviriam ao mesmo propósito.⁸⁰ A abolição, portanto, era um conceito disputado, com uma crítica avassaladora que atraía um amplo espectro de ativistas, intelectuais e elaboradores de políticas públicas na década de 1970. Mesmo que os apoiadores discordassem em questões específicas, a década de 1970 experimentou uma rejeição geral do sistema prisional existente. Diversas reformas ocorreram após a onda de trabalho de organização prisional e rebeliões entre 1968 e 1972. Entretanto, a Direita, não a esquerda, alcançou grande sucesso em reconfigurar massivamente o sistema penal – através de sua expansão em vez de retração.

Recuo e retrocesso

Os esforços abolicionistas começaram a cristalizar na medida em que o movimento prisional começou a recuar. Em meados da década de 1970, havia numerosas convocações e esforços para desenvolver organizações nacionais e uma estratégia coordenada para lutar pelos direitos dos presos, por reformas prisionais e pela abolição prisional.⁸¹ Ao final da década, essas convocações encontraram pouco apoio. Esse apoio em declínio foi devido, em parte, a uma combinação de limitações no interior do movimento prisional e a expansão do policiamento e da legislação retributiva. Reconhecendo o declínio do caráter atrativo do movimento, alguns ativistas prisionais reconheceram que eles haviam romantizado os presos, fracassado em construir apoio popular para as suas políticas em um clima de “lei e ordem” e apenas reagido às crises urgentes em vez de desenvolver prioridades

⁸⁰ Jessica Mitford, *Kind and Usual Punishment: The Prison Business* (New York: Alfred A. Knopf, 1973), p. 299-300.

⁸¹ A *National Prisoners Coalition* [Coalizão Nacional dos Presos] de 1972 foi formada depois da conferência de presos em Portland; ver “National Prisoners Coalition Formed,” *Penal Digest International* I: 10 (abr. – maio 1972): p. 3. Uma rede nacional entre prisões se formou logo após a *Hard Times Conference* [Conferência Tempos Difíceis] de 1976 em Chicago; ver “Build the Mass Prison Movement,” *Midnight Special* 5: 8 (jun. – jul. 1976): p. 12; e houve um chamado por uma *National Prisoner's Rights Coalition* [Coalização Nacional pelos Direitos dos Presos]. Ver “Building a Mass Prison Movement,” *Midnight Special* 5: 12 (out. 1977): p. 10-11.

estratégicas.⁸² Muitos esforços de organização dependiam, em parte, de apoiadores estratégicos, como juízes e diretores prisionais que simpatizavam com os presos e seus defensores. Alguns destes apoiadores causaram grandes impactos, mesmo que de curta duração, tais como Jerome Miller, que fechou uma prisão juvenil em Massachusetts em prol do desencarceramento e do desenvolvimento da educação, porque, em suas próprias palavras, “a justiça juvenil sempre foi e continua sendo negligente, degradante, frequentemente violenta e largamente inefetiva.”⁸³ Entretanto, com o crescente relevo das políticas de lei e ordem, poucos apoiadores como Miller se faziam presentes para ajudar os ativistas.

As políticas de lei e ordem – que produziram as *control units*⁸⁴, as prisões de segurança máxima e reintroduziram a pena de morte – tornaram o trabalho de organização dos presos ainda mais difícil. Condenações cada vez mais punitivas foram adotadas e uma guerra às drogas em expansão enviou um número sem precedentes de pessoas para a prisão. A AFSC reconheceu que práticas abomináveis, tais como confinamento solitário, foram adotadas “parcialmente ou minimamente através de esforços de reformadores bem-intencionados,” o que levou a organização a se perguntar se “as mudanças que recomendamos não se tornaram espadas de dois gumes?”⁸⁵ Conquistas realizadas pelo movimento dos presos foram frequentemente utilizadas ou reinterpretadas para expandir a amplitude e a severidade do sistema prisional, criar políticas de aplicação das penas mais severas e “ampliar

⁸² “Announcement of NEPA Dissolution,” carta grampeada ao último *NEPA News* (jun. 1976); “Building a Mass Prison Movement,” *Midnight Special* 5: 12 (out. 1977): p. 10-11. Esse posicionamento refletiu-se em diversas memórias ou exposições de presos que já foram ativistas publicados ao final da década de 1970. Ver, por exemplo, Jo Durden-Smith, *Who Killed George Jackson? Fantasies, Paranoia and the Revolution* (New York: Alfred A. Knopf, 1976).

⁸³ Para um relato detalhado do fechamento das prisões juvenis em Massachusetts, ver Miller, *Last One Over the Wall*.

⁸⁴ NT: Prisões destinadas exclusivamente para os presos considerados “mais perigosos”. Neste modelo prisional, cada preso é monitorado individualmente.

⁸⁵ AFSC, *Struggle for Justice*, p. 156.

As raízes da abolição prisional

a rede de controle social” nas comunidades mais impactadas pelo encarceramento – majoritariamente pobres e negras.⁸⁶ Até mesmo com certa liberalização de políticas penais em curto prazo, a abordagem política de longo prazo subsequente ao surgimento do radicalismo prisional foi uma massiva ampliação do sistema prisional na vida estadunidense.

O crescimento do sistema prisional não foi apenas um conjunto de decisões políticas, mas uma orientação filosófica rumo à punição e ao controle.⁸⁷ O trabalho de organização abolicionista de meados da década de 1970 havia não apenas identificado os limites da reforma prisional, mas também lançado as bases ideológicas e organizacionais que os abolicionistas continuaram a utilizar no início do século XXI. 29 anos depois da primeira publicação de *Instead of Prisons*, a organização abolicionista Critical Resistance reimprimiu o guia. Desde a primeira aparição do livro, a população prisional estadunidense cresceu de 200 mil para mais de 2 milhões, com um crescimento massivo em vigilância e policiamento, tanto na prisão como na sociedade em geral.⁸⁸ Ainda assim, de acordo com a introdução da Critical Resistance à nova edição do livro, os fundamentos da abolição elucidados na década de 1970 continuam relevantes para acabar com o fenômeno do encarceramento em massa. “Embora o ambiente em que lutamos contra o encarceramento tenha mudado... *Instead of Prisons* é atemporal e necessário como nunca.”⁸⁹

AGRADECIMENTOS

Muito obrigada a diversos indivíduos que forneceram sua generosa ajuda, apoio e *feedback* na produção deste texto. Em particular, Dan

⁸⁶ Miller, *Last One Over the Wall*, p. 4.

⁸⁷ David Garland, *The Culture of Control* (New York: Oxford University Press, 2001) [ed. bras.: A Cultura do Controle. Rio de Janeiro: Revan, 2008].

⁸⁸ Para uma visão geral, ver Christian Parenti, *Lockdown America: Police and Prisons in the Age of Crisis* (New York: Verso, 2001).

⁸⁹ Critical Resistance, “Introduction to the Re-print,” in PREAP, *Instead of Prisons*, p. iii.

Liz Samuels

Berger contribuiu com seus próprios arquivos de pesquisa e seu incrível talento de edição. Agradeço também a Rachel Herzing, David Stein e Geoff McNamara pela ajuda e dicas.